

Thiago Rovêdo
thiago.rovêdo@rac.com.br

ESCÂNDALO NA CÂMARA

Ex-vereador deu proteção a denunciante de Zé Carlos

Tenente Santini ajudou o vereador Marcelo Silva a preparar e organizar delação

Foto: Gustavo Tilio



Promotores do Ministério Público e do Gaeco participam de entrevista coletiva para falar sobre as denúncias de corrupção passiva contra o presidente da Câmara, vereador Zé Carlos

O vereador Marcelo Silva (PSD) não foi o único político envolvido na denúncia de suposta prática de corrupção passiva contra o presidente da Câmara de Campinas, Zé Carlos (PSB), e o comissário do parlamentar na Casa de Leis, Rafael Creato. A denúncia ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) contou com a colaboração do ex-vereador Tenente Santini, que deu orientação jurídica, técnica e até mesmo de proteção física aos denunciante.

A investigação começou a ser realizada no segundo semestre do ano passado, após denúncia feita pelo também vereador Marcelo Silva junto ao MPSP. Ele recebeu de um funcionário de uma empresa terceirizada três gravações realizadas nas dependências da Câmara que demonstravam os pedidos de propinas feitos pelos investigados.

Pedido para instalar CEI ainda não obteve as 11 assinaturas

Santini explicou, detalhadamente, como atuou no suporte aos denunciante para que eles formalizassem a denúncia junto ao Ministério Público. "Eu estive com eles algumas vezes e desenhamos qual seria o melhor caminho para fazer a denúncia chegar no Ministério Público. Tínhamos que ver se tinha embaçamento técnico, se configurava mesmo algum crime. Fizemos esse trabalho ao lado do Marcelo também para que ele pudesse fazer a denúncia no Ministério Público. Dando também até um respaldo no quesito de segurança", explicou Santini.

O órgão apontou que após Zé Carlos assumir a presidência da Câmara, em janeiro de 2021, ele começou a chamar as empresas que prestam serviços terceirizados na Casa de Leis e propor pagamento de propina para que os contratos continuassem a ser renovados. O promotor Felipe Bertolli informou também que há gravações que corroboram com as acusações, nos quais é possível identificar tanto Zé Carlos, como Creato, pedindo a propina para que os contratos fossem renovados.

A empresa Grupo Mais, por exemplo, responsável pela TV Câmara, foi uma das que receberam proposta para repassar dinheiro. O promotor ressaltou que, conforme apurado até agora, nenhum dos empresários fez qualquer tipo de pagamento. "Eu comecei a participar deste caso depois da gravação. Quando eu cheguei, a gravação com o Zé Carlos e o advogado já tinha sido feita. Eu realmente colaborei dando respaldo no que seria interessante para que o Ministério Público fizesse um trabalho correto em cima", continuou Santini.

Tenente Santini foi vereador na Câmara entre 2017 e

2020. Além de ter atuado na Polícia Militar, ele também é especialista em segurança e proprietário do Grupo Campseg, empresa que atua no ramo de segurança patrimonial.

Anteontem foram cumpridos mandados na residência do vereador, no Conjunto Habitacional Padre Anchieta, um na casa de Creato, em Jundiá, outro no seu escritório de advocacia em Campinas, na Câmara Municipal e no Teatro Bento Quirino, onde atualmente funcionam o gabinete do presidente e outros setores da Casa de Leis. Houve a apreensão de diversos documentos, computadores, pen drives e aparelhos

de telefone celular. As investigações continuam, mas, por enquanto, permanecem em sigilo.

Marcelo Silva informou que, apesar de ser o autor da denúncia, não tem acesso aos autos, mas que já pediu para isso ser alterado. "Eu não tenho o acesso ainda. Somente o Ministério Público tem acesso e eu mesmo já fiz o pedido para conseguir. Agora está com a juíza e ela vai deferir ou não o meu pedido", explicou o parlamentar.

O advogado Ralph Tórtima Filho, defensor de Zé Carlos, voltou a negar as acusações, mas explicou que o acusado ainda não teve acesso ao teor das denúncias. "Nós

estamos aguardando o acesso. Não nos foi dado o acesso aos autos, então não podemos comentar", disse. Já Haroldo Cardella, que representa Rafael Creato, explicou que está aguardando, assim como Tórtima, o acesso aos autos. "Além disso, gostaria de ressaltar que, apesar dele ser advogado, ele não exercia essa profissão na Câmara de Campinas. Ele é um assessor parlamentar de cargo em comissão", contou.

Investigação paralela

Os vereadores Nelson Hossri (PSD), Paulo Gaspar (Novo), Major Jaime (PP) e Marcelo Silva (PSD) seguem em busca de 11 assinaturas para

instalação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) ou de uma Comissão Processante (CP). Eles começaram os diálogos com os demais membros da Câmara, porém até o final do dia de ontem não tinham reunido as 11 assinaturas necessárias para dar andamento ao pedido.

"Temos quatro assinaturas e a quinta a caminho. Se a bancada de esquerda assinar, conseguimos dar andamento na investigação", disse Hossri, autor do pedido. As bancadas do PT, Psol e PCdoB foram procuradas, mas informaram que ainda aguardam mais informações para definir a posição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 4